



Município de Fronteira

CONTRATO

Processo

2026/300.10.005/149



CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE ESTUDO GEOTÉCNICO DOS ARRUAMENTOS ENVOLVENTE AO LARGO 25 DE ABRIL EM CABEÇO DE VIDE

Entre:

Município de Fronteira, com o número de pessoa coletiva 501 162 941, com sede em Fronteira, representada neste ato pelo Presidente da Câmara Municipal, António Velez Gomes, no uso da competência concedida pela alínea f) do número dois do art.º 35.º, da Lei n.º 75/2013, como primeiro outorgante.

e,

GEOVIA - Consultores de Geotecnia, S.A., com sede na Rua João Saraiva, n.º 32, 1700-250 Lisboa, com o número de pessoa coletiva 503 970 450, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Cascais com capital social de 350.000,00 euros, neste ato representado por Eduardo Manuel de Mira Fernandes, titular do cartão de cidadão n.º 08140014 4 ZW2, na qualidade de representante legal, com os poderes necessários para outorgar o presente contrato, conforme documentos que exibiram, como segundo outorgante.

É celebrado e reciprocamente aceite o presente contrato à Aquisição de Estudo Geotécnico dos Arruamentos Envolvente ao Largo 25 de Abril em Cabeço de Vide, cuja minuta foi aprovada por despacho do Presidente da Câmara Municipal datado em 13-03-2026, o qual se regerá pelas cláusulas seguintes:



Cláusula 1.^a

Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a Aquisição de Estudo Geotécnico dos Arruamentos Envolvente ao Largo 25 de Abril em Cabeço de Vide.

Cláusula 2.^a

Preço contratual e condições de pagamento

1. O preço do presente contrato é de 7.430,00 € (sete mil quatrocentos e trinta euros), acrescido de IVA à taxa em vigor.
2. O pagamento do preço previsto no número anterior será efetuado no prazo de 30 dias após a receção pela entidade adjudicante das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
3. As faturas e demais documentos fiscalmente relevantes são remetidos ao Município de Fronteira por via eletrónica – EDI, devendo ser enviadas através das plataformas eletrónicas utilizadas pelo Município: SAPHETY.

Cláusula 3.^a

Prazo de execução do contrato

O contrato a celebrar ao abrigo do presente procedimento mantém-se em vigor durante 35 (trinta e cinco) dias, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Cláusula 4.^a

Documentos contratuais e prevalência

1. Fazem parte integrante do presente contrato, os esclarecimentos e as retificações relativas ao caderno de encargos, o caderno de encargos, a proposta adjudicada e os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
2. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem que neles se dispõe.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 1 e o clausulado do presente contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos ao conteúdo do contrato propostos pelo primeiro outorgante e aceites pelo segundo outorgante.



Cláusula 5.^a

Produção de efeitos

O presente contrato produz todos os seus efeitos a partir desta data.

Cláusula 6.^a

Disposições finais

1. O presente contrato foi precedido de ajuste direto, ao abrigo do artigo 20.º n.º 1 alínea d) do CCP, nos termos do despacho do Presidente da Câmara Municipal de Fronteira de 05 de março de 2026.
2. A aquisição dos serviços objeto do presente contrato foi adjudicado por despacho do Presidente da Câmara Municipal de Fronteira de 13 de março de 2026.
3. O presente contrato, cujo encargo total se cifra em 9.138,90 € (nove mil, cento e trinta e oito euros e noventa cêntimos), no qual está incluído o valor de 1.708,90 € (mil, setecentos e oito euros e noventa cêntimos), respeitante ao IVA, constitui execução do projeto previsto no Plano Plurianual de Investimentos do Município de Fronteira sob o código 2 242 2026/31.2.
4. A despesa inerente ao presente contrato será satisfeita por conta das verbas inscritas no Orçamento do primeiro outorgante, sob a rubrica orçamental com a classificação orgânica/económica 0102/070113.
5. O presente contrato está dispensado de fiscalização prévia do Tribunal de Contas ao abrigo do disposto no artigo 48.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 48/2006 de 29 de agosto, conjugado com o disposto no art.º 236.º da Lei n.º 73-A/2025 de 30 de dezembro.
6. O segundo outorgante fez prova, por certificados de registo criminal, de que os titulares dos órgãos sociais não se encontram na situação prevista na alínea h) do artigo 55.º do Código, e por certidões, de que têm a situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social e a impostos devidos em Portugal.
7. Para cumprimento do disposto no art.º 290-A do CCP, ficam designados como gestores do contrato o colaborador António Cabaço, Coordenador Técnico do Município de Fronteira, com a função de acompanharem permanentemente a execução do contrato.
8. O compromisso assumido através da celebração do presente contrato encontra-se registado no sistema informático de contabilidade do Município, com o número sequencial 22078, de harmonia com a Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro.



CÂMARA MUNICIPAL

Contrato

O presente contrato foi escrito em cinco folhas, num único exemplar, que vai ser assinado por ambos os Outorgantes, por certificado de assinatura digital qualificada nos termos do art.º 94.º do Código dos Contratos Públicos, e por mim, António João Branco Matias, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira do Município de Fronteira que o fiz escrever e também assino.

O Presidente da Câmara

Pelo segundo outorgante

Divisão Administrativa Financeira

Documento assinado digitalmente. Esta assinatura digital é equivalente à assinatura autógrafa¹
Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.